



IDeIAS

Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social

REASSENTAMENTOS MAIS DECENTES? AS LIÇÕES DE TETE¹

Janne Rantala

Os reassentamentos efectuados em condições precárias e as indemnizações injustas atribuídas durante a última década em Tete não têm qualquer fundamentação na legislação moçambicana. Com efeito, a Lei de Terras (19/97) e a Lei de Florestas e Fauna Bravia (10/99) reconhecem o direito dos cidadãos moçambicanos a utilizar a terra para garantir a sua subsistência. No entanto, a terra continua a ser propriedade do Estado. Ao contrário dos países onde a terra é vista como propriedade privada, a lei moçambicana garante que as comunidades têm o direito de participar na gestão dos recursos naturais da sua área e de obter benefícios da sua exploração. Contudo, a Lei de Minas (20/2014) permite a delimitação destes direitos nas áreas concedidas para as operações mineiras. De acordo com a lei, uma licença de exploração mineira não pode ser emitida sem a respectiva consulta às comunidades, o que deverá conduzir à assinatura de um memorando de entendimento entre o governo, a empresa e a comunidade. A lei garante uma compensação justa e permite o reassentamento apenas como último recurso, e negociado com a comunidade. O reassentamento deve sempre garantir melhores condições de habitação para as pessoas reassentadas. De facto, embora as casas construídas em alguns dos reassentamentos já realizados sejam melhores do que as anteriores, noutros aspectos, o benefício para as comunidades exigido na legislação tem sido, no mínimo, questionável.

Com base na experiência de alguns reassentamentos verificados na província de Tete, este estudo pretende fazer uma reflexão sobre a situação da comunidade de Muichi no distrito de Nipepe, província de Niassa, que aguarda o primeiro reassentamento programado para esta província, para dar lugar a um projecto de exploração de grafite.

A exploração de carvão na província de Tete já possui uma história de reassentamento de dezenas de milhares de residentes a partir de 2009, no distrito de Moatize. As pessoas reassentadas queixam-se: do facto de as terras nas zonas de reassentamento serem impróprias para a agricultura; de os valores pagos como indemnização serem insuficientes; da escassez de oportunidades económicas e de um nível de vida geralmente inferior ao

que gozavam anteriormente. A este respeito, as queixas destas comunidades não mudaram muito em relação às reportadas anos antes. Por esta razão, a exploração mineira gerou conflitos entre as comunidades e as empresas de mineração. Estas comunidades tinham por hábito a prática não só da agricultura, mas também da mineração artesanal, pesca, olaria e pequenas empresas. Também produziam carvão vegetal e lenha. No entanto, muitas destas actividades deixaram de ser viáveis nas zonas de reassentamento.

Para facilitar a participação comunitária nas áreas afectadas pela exploração mineira, foram criados vários Comitês de Gestão de Recursos Naturais (CGRN). Estes comités surgiram da necessidade de representar e defender as comunidades afectadas, por sua própria iniciativa, e por vezes incentivados por Organizações da Sociedade Civil (OSC). Durante anos, os membros destes comités desenvolveram um maior conhecimento sobre as leis referentes à mineração e reassentamento e sobre os direitos das comunidades afectadas. No entanto, o reconhecimento legal destes comités pelo Estado tem se revelado moroso, o que está a tornar o seu funcionamento particularmente difícil. A experiência de Tete pode ser estudada com o objectivo de promover um reassentamento mais pacífico e legal também noutros locais, onde existem grandes concessões mineiras com planos de reassentamento. O estudo analisa, de forma mais detalhada, uma comunidade do bairro de Mualadzi, reassentada da vila de Moatize. Nesta comunidade, foi criado o CGRN de Mualadzi. Trata-se de uma organização de advocacia local particularmente activa, embora até a realização deste trabalho não tinha sido ainda legalizada.

A abordagem baseia-se em entrevistas realizadas em Maio-Agosto de 2021 nos distritos de Moatize e Marara (Tete) e no distrito de Nipepe (Niassa), bem como nas capitais provinciais de Tete e Lichinga, respectivamente, e nas fontes escritas.

Mualadzi: A comunidade reassentada liderada por mulheres

Mualadzi é um bairro remoto situado no distrito de Moatize, com cerca de 3.000 habitantes reassentados do

bairro mais central de Capanga, no mesmo distrito, pela International Coal Ventures Limited (ICVL). O reassentamento muito criticado ocorreu gradualmente entre 2010 e 2014 no tempo da empresa Rio Tinto. Antes do reassentamento, a empresa e o governo reuniram-se apenas com alguns líderes comunitários, sem informar a comunidade. A intransigência das autoridades e da Rio Tinto levou a população à revolta que esteve na origem, entre outros, na detenção de vários habitantes de Capanga, particularmente homens. Mualadzi fica a cerca de 50 quilómetros da cidade, mas ainda mais prejudicial do que a distância é o estado em que a estrada se encontra e a inexistência de transportes públicos. O facto de não existirem transportes públicos, a dependência dos moto-táxis privados tinha agravado o custo de vida. Outras queixas apresentadas referiam-se a problemas constantes de abastecimento de água, condições desfavoráveis para as pequenas empresas e para a prática da agricultura e a escassez de emprego.

Uma das especificidades de Mualadzi é que em virtude da fuga dos homens em consequência da falta de fontes de rendimento, a maioria dos habitantes são mulheres. Assim, várias das organizações que representam a comunidade são lideradas por mulheres. Um bom exemplo é o CGRN de Mualadzi, mencionado anteriormente, que possui cerca de 150 membros, 75% dos quais são mulheres, incluindo o presidente da comissão. Nesta comunidade, as mulheres não só estão à frente do comité, como também lideram a acção de advocacia junto do governo local e da empresa de mineração. Mesmo durante as manifestações, as mulheres estiveram muitas vezes na vanguarda, a fim de evitar reacções violentas por parte da polícia e evitar o risco de os homens locais serem detidos. Por razões culturais, a polícia mostra-se mais relutante em adoptar medidas repressivas contra as mulheres.

O CGRN de Mualadzi conseguiu chegar a um nível de diálogo pacífico com o governo local e com ICVL, tendo conseguido melhorar a qualidade das casas fornecidas pela empresa. Tendo contado com o apoio da esposa do ex-governador provincial, o comité convenceu o governo distrital a construir uma escola secundária. Presentemente, as atenções do comité estão viradas

¹ Esta publicação faz a parte do projecto *Towards an Inclusive and Peaceful Society in Mozambique* – TIPS com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do seu autor. Agradecimentos especiais a Sérgio Chichava, líder do projecto de pesquisa; aos pesquisadores locais Hélio Andicene, Andissene Andissene, Lúcia Manhiça e Salvador Mukuweke; aos parceiros do projecto na Finn Church Aid/Network of Religious and Traditional Peacemakers (FCA/NTRP) e ao Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD).

para uma campanha de abastecimento de água na comunidade. Mualadzi enfrenta constantemente problemas de escassez de água, contrariando as promessas feitas pela empresa e pelo governo no início das suas operações no sentido de garantir o abastecimento de água. Por conseguinte, não foi surpresa que uma das manifestações mais marcantes da comunidade, com acção directa das mulheres, em 2014, tenha resultado numa melhoria destas condições. Mas esta solução se revelou mais tarde ser provisória. A questão da água, a distância entre as casas e os seus campos agrícolas e os locais de obtenção de lenha são problemas de reassentamento que afectam particularmente as mulheres.

Na legislação mineira, uma das formas pelas quais os recursos podem beneficiar as comunidades é a canalização de parte das receitas das licenças de exploração desses recursos. Deste modo, para o sector dos recursos minerais, foi estabelecido que 2,75% das receitas fiscais geradas deveriam beneficiar as comunidades em investimentos, tais como estradas e pontes, postos e centros de saúde, salas de aula, agricultura, florestas, mercados e sistemas de abastecimento de água e saneamento.

No início de 2021, a comunidade de Mualadzi esperava um investimento público de cerca de três milhões de meticais em infra-estruturas provenientes dos 2,75% dos impostos da ICVL. A comunidade, que acredita ter direito a uma estrada pavimentada devido a promessas feitas pelo governo e da empresa passada mais de uma década, teria beneficiado mais se estes fundos fossem canalizados para a reabilitação do sistema de água, mas o governo distrital justificou a sua preferência pela melhoria da estrada com a existência de um valor monetário relativamente pequeno. Até Janeiro de 2022, a estrada embora ligeiramente melhorada, não tinha sido asfaltada e ainda não havia transportes públicos.

As quatro principais lições a tirar da comunidade de Mualadzi apontam a importância de:

1. De dar maior consideração aos problemas das mulheres, graças à sua participação nas organizações comunitárias;
2. Capacitação das comunidades em matéria de legislação e de activismo social por parte das OSC;
3. Dar prioridade às cartas de reclamação e ao diálogo, em vez de organizar grandes manifestações;
4. Mudar o tipo de manifestações que actualmente são de massas e propensas à violência policial, dando maior ênfase à comunicação clara e criativa das reivindicações.

Embora as relações com a ICVL e o governo ainda não sejam excelentes, com estas lições, a comunidade tem conseguido registar pelo menos pequenos avanços. Uma reflexão sobre as insuficiências poderia, também, ajudar as comunidades mais recentemente afectadas.

Muichi: A comunidade parada no tempo

Em Muiche, distrito de Nipepe, província do Niassa, está a ser implementado um projecto de exploração de Grafite pela empresa chinesa DH Mining. Sem inicialmente o

saber, a comunidade vive em cima de uma reserva de mais de cinco milhões de toneladas de grafite. A DH Mining chegou a Muichi em 2017, sem informar nem a comunidade nem a Direcção Provincial de Minas. Num projecto de colaboração entre a ORAM e o governo, verificou-se que a empresa tinha começado a construir instalações sem possuir uma licença ambiental, e sem qualquer consulta à comunidade. Isto levou o governo a ordenar à empresa que suspendesse as suas actividades em 2019. A empresa foi também multada por violações dos direitos laborais pelo menos duas vezes. Neste momento, está a construir uma fábrica numa área habitualmente utilizada pelas comunidades para a prática de agricultura. As pessoas que lá trabalhavam receberam pequenas somas que variavam entre 8.000 e 30.000 meticais (110 - 430 euros) para que pudessem começar a cultivar noutra local.

Com uma área concedida de cerca de 300 quilómetros quadrados neste distrito, a DH Mining prometeu construir uma escola, uma igreja, um hospital e casas para cerca de 172 famílias da comunidade, mas o número total de pessoas afectadas será superior a 5.000. É mais do que provável que o início das operações, previsto para 2022, tenha lugar antes do reassentamento, da mesma forma que em Marara, Tete, onde o atraso e as condições pouco claras de reassentamento estiveram na origem de tumultos, com perdas significativas tanto para a empresa de mineração, como para a comunidade. Actualmente, o ambiente em Muichi é de impasse, como se o tempo tivesse parado, com a comunidade a hesitar investir em bens privados ou colectivos. Por exemplo, o telhado da escola primária que a comunidade construiu com os 20% das receitas fiscais que recebeu das operações de madeira é feito de materiais não duradouros, porque a comunidade não quis investir numa escola que, num curto espaço de tempo, não será utilizada. Para além de escolas, campos agrícolas, casas e sepulturas, a comunidade deve deixar para trás as suas árvores de fruto. Até agora, a empresa não se tem mostrado disposta a discutir os montantes finais de indemnização.

De acordo com algumas avaliações levadas a cabo por várias ONGs no Niassa, de um modo geral, os Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) revelam pouco conhecimento das leis sobre a mineração e o reassentamento e, por esta razão, tendem a desvalorizar o envolvimento da sociedade civil e a considerá-lo como "agitação". Algumas empresas, como a DH Mining, partilham esta atitude, pois tentam reduzir os custos e subestimar as capacidades das comunidades. Preferem negociar tudo directamente com o governo central. Esta estratégia nem sempre foi muito bem sucedida, uma vez que o governo suspendeu as actividades da empresa, por sugestão de OSC e SDAE e teve de pagar multas.

Niassa não teve o mesmo tipo de história de reassentamento múltiplo. Por conseguinte, é compreensível que tanto o governo do distrito de Nipepe, como a comunidade de Muichi ainda tenham poucos conhecimentos sobre os seus direitos. Porém, a comunidade pretende procurar e preparar novos campos agrícolas de maneira

independente, em vez de aceitar as terras indicadas pelo governo distrital. A comunidade quer água potável a escola, centro de saúde e transporte público. A comunidade espera que o modelo de casas que a empresa vai construir seja o mesmo que as casas prometidas, e que seja erguida uma vedação à volta do cemitério e das sepulturas dos seus familiares na área de concessão, para que possam continuar a ter a possibilidade de venerar os seus antepassados. Muitas exigências semelhantes, embora totalmente legítimas, não eram respondidas nos reassentamentos de Tete.

Conclusão

A comunidade de Muichi e o governo do distrito de Nipepe podem reflectir sobre as experiências das comunidades afectadas pela exploração mineira em Tete, tais como a de Mualadzi, com o intuito de evitar erros que possam causar grande impacto económico e social negativo para as partes envolvidas. O estudo destes casos é também recomendado noutros locais onde se prevêem reassentamentos. A acrescentar à contribuição deste estudo, recomenda-se a realização de reuniões interprovinciais e workshops entre as comunidades afectadas pelos projectos extractivos nas suas várias fases, visando a troca de experiências.

Quando as comunidades de Moatize e de Marara enfrentavam pela primeira vez, empresas de mineração multinacionais há mais de 10 anos, não sabiam muito sobre os seus direitos e ainda não possuíam qualquer experiência sobre activismo. Mas nos anos seguintes, as comunidades receberam apoio, graças à extraordinária mobilização das OSC nacionais e internacionais. Hoje, muitos activistas e membros dos CGRNs de Tete podem ser considerados como conhecedores dos aspectos sociais e jurídicos da indústria extractiva. Presentemente, a comunidade de Muichi e muitas outras comunidades em Moçambique possuem um conhecimento tão limitado sobre as forças e riscos que enfrentam como as comunidades de Tete há 10 anos. Uma das vantagens que estas comunidades têm é a possibilidade de, com base na experiência acumulada das comunidades anteriormente afectadas, aprender mais sobre as empresas de mineração multinacionais e reassentamentos. Tal pode facilitar a promoção de uma gestão pacífica e inclusiva dos recursos naturais. A desvantagem, porém, é que não será muito provável obter uma mobilização tão forte e relativamente bem financiada para apoiar estas comunidades como as OSC conseguiram em Tete. Isto porque diferentemente do carvão mineral, a mineração de grafite é útil no combate ao aquecimento global.

Na situação de crescente insegurança em relação ao financiamento das suas actividades de advocacia, estas comunidades têm de depender de recursos mais baratos: conhecimento, solidariedade entre as comunidades afectadas e apoio dos activistas da província. Por seu lado, o Estado e as empresas devem resistir à tentação de tirar partido da fragilidade das comunidades na procura de ganhos rápidos, e que, no entanto, podem não trazer benefícios sustentáveis.